



## RELIGIÃO E A PROPAGAÇÃO DA IDEIA DE SUBMISSÃO DA MULHER

### *RELIGION AND THE SPREAD OF WOMEN'S SUBMISSION IDEA*

Paula Martins Sirelli<sup>1</sup>  
Marília de Oliveira de Sousa<sup>2</sup>

#### RESUMO

Nestes apontamentos procuramos assinalar a necessidade de reflexão sobre a construção dos papéis sociais de sexo – esta construção não se dá de forma aleatória, mas com um objetivo político, econômico e ideológico de subjugar e objetificar a mulher, responsabilizando-a pela reprodução da força de trabalho no capitalismo, assim como da família monogâmica, heterossexual e conservadora. Ressaltamos aqui o papel da religião na propagação da ideia de submissão da mulher, seus vínculos com a sociabilidade capitalista e o Estado, tendo um importante papel na perpetuação de papéis sociais de sexo, da subalternidade, da objetificação e da violência contra a mulher. Concluimos ser um desafio para os profissionais reconhecer os instrumentos de dominação e opressão que perpassam o cotidiano das mulheres, bem como romper com o conservadorismo, em especial o religioso. Isto só é possível com a apreensão crítica da realidade e com a construção de direcionamento político e ideológico para o trabalho profissional, que se coloque na perspectiva dos direitos e da luta pela emancipação humana. Indicamos que as reflexões trazidas aqui são introdutórias, mas apontam a necessidade de intensificar estudos e pesquisas que aprofundem a análise de categorias como alienação e ideologia, as raízes do conservadorismo religioso e como ele se reatualiza nos dias atuais, bem como o exame crítico do crescimento da bancada evangélica no Congresso.

**Palavra-chave:** Religião; Relações Sociais De Sexo; Submissão Da Mulher; Conservadorismo.

#### ABSTRACT

In these notes we try to point out the need for reflection on the construction of the social roles of sex - this construction does not take place in a random way, but with a

<sup>1</sup> Assistente Social da Universidade Federal Fluminense – UFF/Rio das Ostras. Doutora em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. **Autora para correspondência.** E-mail< paulasirelli@yahoo.com.br >.

<sup>2</sup> Assistente Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF/Rio das Ostras.

political, economic and ideological objective of subjugating and objectifying the woman, making her responsible for the reproduction of labor force in capitalism, as well as the monogamous, heterosexual and conservative family. We emphasize here the role of religion in the propagation of the idea of women's submission, their ties to capitalist sociability and the state, and play an important role in perpetuating social roles of sex, subalternity, objectification and violence against women. We conclude that it is a challenge for professionals to recognize the instruments of domination and oppression that pervade the daily lives of women, as well as to break with conservatism, especially the religious one. This is only possible with the critical apprehension of reality and with the construction of political and ideological orientation for professional work, which is placed in the perspective of rights and the struggle for human emancipation. We point out that the reflections presented here are introductory, but point out the need to intensify studies and research that deepen the analysis of categories such as alienation and ideology, the roots of religious conservatism and how it is reanalyzed today, as well as the critical examination of growth of the evangelical bench in Congress.

**Keyword:** Religion; Social Sex Relations; Women's Submission; Conservatism.

## INTRODUÇÃO

"Eu não serei livre enquanto houver mulheres que não são, mesmo que suas algemas sejam diferentes das minhas." Audre Lorde.

Historicamente as mulheres sofrem com a criação de uma imagem inferiorizada, assimétrica em relação ao homem, que goza dos privilégios próprios da sociedade patriarcal, embasados em uma concepção de pertencimento da mulher e à antigas normas de que à ela cabe o cuidado da família e do lar. Esta divisão não é aleatória - com a instauração da propriedade privada e a necessidade de herdeiros, a mulher perde a sua autonomia e passa a existir em função da família: casar, gerar filhos e cuidar da casa, do marido e da prole, tornando-se uma extensão do homem (WOLF, 1992). Sua atuação dentro da sociedade capitalista e patriarcal é cuidadosamente delimitada, na intenção da perpetuação do *status quo*. Partindo desta compreensão, corroboramos com a ideia de que

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, antes de tudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente distintos. Eles formam dois grupos sociais que estão

engajados em uma relação social específica: as relações sociais de sexo (KERGOAT, 1996).

É com esta categoria de relações sociais de sexo que iremos trabalhar, entendendo que, como afirma Cisne (2014) ela representa “relações sociais mais amplas, permeadas pelos conflitos e antagonismos de classe”. A autora afirma que a utilização e compreensão de “relações sociais de sexo” ao invés de “relações de gênero” nos permite ampliar o conceito em torno da desigualdade e opressão entre os sexos, raça e classe. Visto que a categoria gênero, muitas vezes, “é destituída da noção de hierarquia presente na relação entre os sexos e das outras desigualdades estruturantes”.

A análise apresentada aqui foi baseada no método materialista histórico dialético de Marx, e em autoras como Saffioti (2004) e Cisne (2014), que relacionam as relações de exploração e opressão a que nós mulheres estamos submetidas à base material, a forma que a sociedade está dividida em classes e ao modo de produção vigente, visto que as ideias por si só e abstratamente não produzem a desigualdade - a base material sim.

Tendo este norte, objetivamos compreender o movimento histórico de dominação e objetificação da mulher no capitalismo, partindo da religião como uma importante fonte de reprodução da ideia de submissão da mulher, e os seus rebatimentos na contemporaneidade, entendendo que as relações sociais de sexo estabelecidas contribuem diretamente para os altos índices de violência contra a mulher.

O número alarmante de mulheres vítimas de violência se configura como uma expressão da “questão social”<sup>1</sup>, consequência das relações sociais desiguais estabelecidas no modo de produção vigente, que traz consequências reais para a vida da classe trabalhadora, em especial às mulheres. A instauração de uma sociedade patriarcal foi (e continua sendo) muito útil para a manutenção deste modo de produção e tem como grave consequência a objetificação da mulher, ou seja, a ideia de que as mulheres são, de diversos modos, submetidas às vontades do

---

<sup>1</sup>Segundo Iamamoto (1998, p.27) “A Questão Social é apreendida como um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

patriarcado, feitas para satisfazer seus prazeres e “cuidar” de seus filhos, dificultando o desenvolvimento social, econômico, político, cultural, etc. e contribuindo para o aumento dos diversos tipos de violência cometidos contra elas. Analisaremos aqui, a religião<sup>2</sup> como um instrumento privilegiado de naturalização e perpetuação desta dominação, que em suas múltiplas versões, tem em comum a ideia de superioridade do homem ao colocar a mulher ora como um ser “sagrado”, frágil e dependente da virilidade masculina ora como um ser que precisa ser controlado e dominado, importantes formas de propagação do machismo que garantem a conservação do sistema patriarcal e que funcionam muito bem para a manutenção do capital.

### **A religião e a propagação da ideia de submissão da mulher**

A religião exerce uma profunda marca na constituição social dos sujeitos, estabelecendo normas, ditando condutas e influenciando comportamentos. Historicamente, sempre esteve ligada ao poder político, cultural e econômico, tendo inclusive vínculo umbilical com o Estado. Foi considerada por Marx como o “ópio do povo” (2010, p.145), pois priva os sujeitos dos sentidos práticos, fazendo-os crer na existência de um paraíso que só poderá ser acessado por alguns, dependendo dos seus atos aqui na terra. Uma forma bastante eficaz de fazer com que os homens se acostumem com as misérias deste mundo, afinal, algo muito melhor está preparado para eles. De acordo com Lopes (2013, p. 2):

O protesto religioso contra este mundo permanece inconsequente porque propõe uma solução para além da história, para além-túmulo. A religião apenas oferece a libertação espiritual do homem, a libertação imaginária e ilusória, meramente aparente e abstrata. Somente a práxis revolucionária, o exercício dialético-histórico, seria capaz de emancipar plenamente o proletário industrial, dispensando o protesto e o consolo religiosos.

A religião serve como um consolo para os aflitos ao mesmo tempo em que rege a sociedade com suas normas e condutas morais. Em nome de deuses, por vezes, seus adeptos agem de forma cruel e impiedosa. Segundo Rosado-Nunes, “as religiões são realidades socialmente construídas e as práticas religiosas, as

---

<sup>2</sup> A religião não é a única, mas é um instrumento privilegiado para cumprir este papel, assim como a família (CISNE, 2014) e a mídia (MORENO, 2014).

representações simbólicas e os discursos religiosos são reveladores de relações sociais” (2015, p.10). Assim como a história se realiza de acordo com as relações sociais, a religião segue o mesmo passo. Não é estática, nem imutável. Ela se modifica de acordo com o contexto sócio histórico, até mesmo para não perder seus adeptos. Mas influencia diretamente nos ideais conservadores tratando como natural situações que são construções sócio históricas.

As mulheres são alvo da crueldade em diversas vertentes religiosas. No islamismo, por exemplo, mulheres são mortas por apedrejamento até os dias de hoje, meninas são obrigadas a se casar com homens muito mais velhos a troco de dotes para as famílias. Até no budismo, que é considerado uma religião mais filosófica, as mulheres que hoje podem ocupar o cargo de monjas devem cumprir oito regras “especiais” e sempre prestar reverência a um monge: mesmo que se trate de uma monja de 100 anos e um monge recém-ordenado, a mulher sempre deve abaixar-lhe a cabeça e ceder-lhe o lugar<sup>3</sup>.

De acordo com Souza (2008), “os sistemas simbólico-religiosos instituem-se como importantes mecanismos na construção das subjetividades individuais e coletivas”. Basta pensarmos na representatividade da Virgem Maria na vida das mulheres: mulher, virgem, pura, mãe, adorada. Mas como estes símbolos impactam na construção das relações sociais de sexo e no que se espera da mulher? Quais as consequências desta submissão imposta pelas religiões às mulheres?

Para esta análise, utilizo aspectos das religiões com maiores números de adeptos no Brasil e que, por consequência, exercem maior influência cultural e social: o catolicismo e as religiões evangélicas (que possuem diversas ramificações). Sua relevância se dá numericamente, mas também ideologicamente. Essas religiões estão presentes ativamente no Estado, nas formas de se relacionar. – Na inquisição, por exemplo, as pessoas eram obrigadas a pensar como no catolicismo. As relações econômicas, políticas, culturais e ideológicas basearam-se, fundaram-se e ainda tem influência significativa de um ethos religioso. Segundo o último censo do IBGE no ano de 2010, mais de 190 milhões de brasileiros declararam pertencer a alguma religião, dentre eles, mais de 123 milhões disseram-se católicos e quase 43 milhões

---

<sup>3</sup>COEN, Monja. Budismo e discriminação de gênero. In: Religiões em diálogo: violência contra as mulheres / Yury Puello Orozco (organizadora). – São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2009, p.22.

evangélicos. O número de evangélicos vem crescendo considerando as diversas ramificações, onde algumas se mantêm mais tradicional enquanto outras se modernizam utilizando nova linguagem, novas formas de atingir os fiéis, principalmente, os jovens. Ainda segundo a pesquisa, dentre os que se declararam cristãos, não há uma diferença gritante do número de homens e mulheres que estão inseridos em uma religião. Contudo, o que podemos observar é que há uma “divisão sexual do trabalho religioso” (Duarte, 2005, p. 149), ainda mais enfatizado quando observado nas camadas mais populares. Trataremos sobre isso mais adiante.

Alves (2016, p.8) afirma que “segundo a tradição judaico-cristã, que marcou de forma acentuada os valores da ocidentalidade, as mulheres deveriam constituir-se como um complemento do homem.” O discurso religioso vem sempre carregado de culpa sobre a mulher, reforçando a posição de inferioridade em relação ao homem, exigindo que sejam “moderadas, castas, boas donas de casa, sujeitas ao marido, a fim de que a palavra de Deus não seja blasfemada”. Tt. 2,5 (BIBLÍA, 2009, p.981).

Na bíblia cristã vemos Eva, logo de início, sendo tratada como a causadora da perdição do homens, a que levou Adão a pecar contra Deus. Mais à frente temos Dalila, a mulher que tirou a força de Sansão depois de seduzi-lo; e ainda Maria Madalena, a prostituta que teve a sorte de não ser apedrejada porque teve seus pecados absolvidos por Jesus (um homem). Estes são exemplos mais conhecidos e utilizados em discursos dentro dos templos religiosos que colocam a mulher como causadora dos males, perigosas e/ou dependentes da boa vontade de figuras masculinas para salvá-las. As mulheres são consideradas inferiores, pois não foram criadas e moldadas por Deus e sim, retiradas da costela de Adão, o primeiro homem (segundo as escrituras cristã) o que dá subsídio para o discurso de inferioridade usado contra as mulheres dentro dos templos religiosos.

Primeiro, foi formado Adão, depois Eva. E Adão não foi enganado, mas a mulher, sendo enganada, caiu em transgressão. Salvar-se-á, porém, dando à luz filhos, se permanecer com modéstia na fé, no amor e na. 1Tm. 2:13-15 (BIBLÍA, 2009, p. 976)

Segundo a visão cristã, a boa mulher deve seguir o exemplo de Maria, ser casta, pura, guardar-se para o casamento até encontrar a redenção na divina maternidade. No trecho acima observamos que a maternidade é vista como uma

ferramenta de absolvição dos “pecados femininos” que somada a um comportamento passivo simbolizam um caminho de reversão da natureza pecaminosa da mulher. O mito da maternidade como condição inegável representa ainda hoje uma forte arma de controle sobre a mulher, fruto da cultura patriarcal, onde, ao mesmo tempo em que a endeusa sob a perspectiva do poder de dar luz a outro ser também a aprisiona, a diminui sob o pretexto da vulnerabilidade em que a mulher se encontra a partir do momento em que se torna mãe. Nesta visão, ao tornar-se mãe, a mulher deixa de ser mulher. Entretanto, não só a maternidade lhe garante a redenção. É preciso ainda estar sob o julgo do seu marido sendo uma boa esposa e dona de casa; sob o julgo da igreja, sendo uma boa serva; e ainda sob o julgo do Estado e da sociedade, sendo uma boa mãe. As mulheres que fogem ou questionam este comportamento estão em desobediência a deus e são comparadas a outros símbolos femininos como Eva e Dalila, consideradas um problema: impuras, falsas, indignas.

Vejamos um trecho de uma das encíclicas papais proferidas pelo papa Pio XII:

Imitai-a, minhas filhas, a vida de Maria seja para vós a imagem da virgindade, da qual irradie como de espelho o encanto da castidade e o ideal da virtude. Seja ela o exemplo da vossa vida, pois os seus admiráveis ensinamentos mostram o que deveis corrigir, copiar e conservar. Ela é o modelo da virgindade. É tal a natureza de Maria que, para lição de todos, basta a sua vida. Por conseguinte, Maria deve ser a regra de nossa vida. Tão grande era a sua graça, que não só conservava em si a virgindade, mas comunicava o dom da integridade àqueles que visitava. Santo Ambrósio tinha razão de afirmar: “Oh, riquezas da virgindade de Maria!” Por causa dessas riquezas, [...] contemplem a virgindade de Maria para observarem com mais fidelidade e perfeição a castidade do próprio estado. (VATICANO, Sacra Virginitas, 1954).

A “sagrada virgindade” é o que se espera da mulher no meio religioso (mas não só no meio religioso), tudo o que foge dessa postura tida como ideal é condenado e demonizado. À mulher cabe a aceitação e a subordinação às figuras masculinas presentes na sua vida. Primeiro o pai, depois o marido, o pastor, o chefe, e assim por diante.

Esta inferiorização, subalternização e culpabilização pode vir velada, interiorizada nos costumes e modo de vida religioso e se propaga para toda a sociedade. Em outras vezes a exortação acontece às claras, como o exemplo do

famoso ditado de que “o homem é o cabeça do lar”, oriundo da ideia da “criação” do homem por deus, muito difundido no meio cristão e que poda as atitudes mais subversivas das mulheres em relação ao marido. De acordo com o bispo Edir Macedo<sup>4</sup>, por exemplo, uma boa esposa é uma mulher submissa, que seja mais nova que o marido, pois para o bispo, a mulher é “naturalmente mandona”, uma esposa mais velha pode fugir do controle do marido, e de preferência da mesma raça para evitar que os filhos sofram com a discriminação presente na sociedade<sup>5</sup>. Esta declaração mostra claramente que o que se espera da mulher é que ela possa ser controlada, que aceite ordens, violência, e que seja um objeto de exibição dos seus homens. Discursos machistas e racistas como estes que são seguidos fielmente, muitas vezes sem questionamentos pelos milhares de adeptos das suas igrejas.

Discursos que incentivam a submissão da mulher ao seu marido, o silenciamento, retiram-lhe a voz quando lhe impedem de dizer o que quer e o que pensa na intenção de não diminuir o poder do homem, o que pode ter levar a sérias consequências como a permanência em um ambiente onde haja violência doméstica, por exemplo, pelo medo da desobediência aos princípios que lhe foram ensinados.

De acordo com Alves (2016), a religião cristã interfere diretamente no modo de vida das mulheres no que diz respeito a sua sexualidade, onde o sexo é sinônimo de procriação. A mulher cristã, como vimos, deve seguir o exemplo de Maria, que engravidou virgem e deu à luz a um homem santo. Para o autor, a imagem da mulher passada é a da “fonte da vida, mãe imaculada e preservada do pecado por sua virgindade, esta ideia reforçou uma representação negativa da sexualidade humana, na qual o sexo estava incondicionalmente atrelado à ideia de pecado” (p.10). Se guardar casta e pura para o casamento a fim de presentear o marido com a sua virgindade ainda é um requisito importante para um casamento cristão, principalmente no meio evangélico, mas que se espalha por toda a sociedade. Vide

---

<sup>4</sup>Fundador da Igreja Universal do Reino de Deus, que conta hoje com cerca de 6500 templos em todo o Brasil, atuando ainda em mais de 200 países segundo o site da própria igreja. Disponível em: <<http://www.universal.org/quem-somos>> Acesso: 05/10/2016.

<sup>5</sup>Edir Macedo: racismo, machismo, homofobia e muita asneira, em nome de deus. Disponível em: <<http://www.pstu.org.br/edir-macedo-racismo-machismo-homofobia-e-muita-asneira-em-nome-de-deus/>> Acesso: 02/06/2017.

todo o controle sobre a sexualidade das meninas desde o seu nascimento, mas, principalmente, ao adolecer, que é completamente diferente da abordagem com os meninos. As mulheres são reprimidas desde sempre, o que, por muitas vezes, acarreta consequências para sua vida inteira, como a culpa por sentir desejo e o tabu em conhecer e explorar o seu próprio corpo, fazendo com que a própria mulher passe a se auto reprimir, a neutralizar as suas vontades, a não dizer o que querem e até mesmo negligenciar o cuidado com a sua saúde, por não ser incentivada a se conhecer, se olhar, se tocar. Em contra partida, os homens são incentivados desde muito jovens a manter uma vida sexual ativa, a ostentar uma “coleção” de mulheres, não firmar um compromisso cedo demais e quando o fizesse que escolha bem o “tipo” de mulher para casar. Segundo o autor,

Ao entendermos as identidades de gênero como construções socioculturais e históricas, o modelo Mariano tão difundido pela Igreja Católica e por outras instâncias de poder, pode ser compreendido como fruto de intencionalidades específicas, que dignificavam as mulheres enquanto mártir, auto-sacrifício, boa mãe, boa esposa e acima de tudo se mantinham submissas as vontades dos homens. (ALVES, 2016, p.9)

O desejo feminino é demonizado, a mulher tem o dever de “agradar o marido”, mas diversas práticas sexuais são caracterizadas como impuras e condenadas, o que limita a realização dos desejos sexuais femininos e do conhecimento do próprio corpo e, logo, dos cuidados com o mesmo e com a própria saúde. Alves afirma que “a sexualidade feminina ocidental limitou sua vivência sexual a padrões determinados pela religiosidade, nas quais a virgindade, a abstinência, o ascetismo, o celibato tornaram-se modelos acabados”. (2016, p.10) Palestras, discursos e pregações dão conta de explicar o que pode e o que não pode ser realizado para que não haja “maldição na vida do casal” e as mulheres que fogem ao estabelecido são consideradas anormais, comparadas a prostitutas, o desejo sexual é “considerado uma sexualidade improdutiva e muitas vezes hedonista, a prostituição tornou-se um dos símbolos de decadência e corrupção feminina” (p. 13). O autor ainda ressalta que,

A separação entre dois polos comportamentais, condizentes com os valores morais da mulher casta e da devassa, foi – e continua sendo – uma prática moderna indelevelmente atrelada a elementos de cunho religioso, marcados

pela noção de bem e mal, certo e errado, que buscam nortear a vida “correta” das mulheres na modernidade [...] Aproximar-se da imagem de Maria e afastar-se da prostituta, configurou uma necessidade para as mulheres da sociedade burguesa, que desde a infância eram criadas para contrair um bom matrimônio e serem mães, daí a necessidade de manterem-se ser castas e virtuosas. p.14

O que era uma necessidade para as mulheres da classe burguesa espalhou-se para as mulheres da classe operária, pois, ao emergir como protagonista no modo de produção capitalista, a burguesia imprime novas “formas de pensar e agir para cumprir seu objetivo: a manutenção da ordem capitalista” (CISNE, 2012, p. 39). O controle dos corpos das mulheres, a submissão ao marido, o modelo de família nuclear torna-se importante também nas famílias dos trabalhadores porque domesticam e controlam a força de trabalho. Nota-se que há sempre a cobrança exacerbada em torno da virtude e da pureza como se à mulher não fosse permitido o prazer, o sexo que não seja para reproduzir. Toda a forma de sexualidade e desejo são vistas como uma transgressão aos princípios da boa mulher, boa esposa e boa mãe, que será responsável pelo cuidado da família, garantindo a boa saúde do trabalhador e da sua prole, eximindo o Estado dessa responsabilidade. (Idem. 2012) Não poder viver a sua sexualidade de forma plena, reafirmando a heterossexualidade compulsória e a dificuldade em cuidar da própria saúde e de conhecer o próprio corpo, que muitas vezes são negligenciados pela vergonha, falta de conhecimento ou, até mesmo, de autorização do marido. – Estas são algumas graves consequências da forma com que essa educação religiosa afeta a vida das mulheres e que gera sofrimento para as que não se enquadram neste papel preestabelecido

Fica evidente que a submissão da mulher ao homem pregada no meio religioso tem uma finalidade. Primeiro, ela reflete a própria sociedade patriarcal, comandada por homens e para homens. As mulheres, na visão religiosa, são seres considerados inferiores e, portanto, precisam aprender o seu lugar. E a religião vai se propor a ratificar que lugar é este que a mulher deve ocupar dentro desta sociedade: casta, pura; depois submissa ao homem – ao pai, depois o marido, aos filhos, cuidadora do lar e da família, etc. As lideranças religiosas são de homens, na maior parte das vezes e aqui podemos ver a supracitada “divisão sexual do trabalho

religioso” (Duarte, 2005). Em entrevista<sup>6</sup> realizada com a Irmã Priscila, uma freira franciscana, ela relata que no catolicismo, por exemplo, não existe cargo de liderança para as mulheres, a elas ficam reservadas a função de evangelizar as comunidades. A simples função de rezar uma missa e consagrar a hóstia lhes é vetada, a ascensão ao sacerdócio, a cargos de bispo ou papa foi vetada pelo Papa João Paulo II e ratificada pelo Papa Francisco que tachou a formulação como “definitiva”. As igrejas protestantes recentemente abriram os cargos de pastoras e bispas, mas no geral, são mulheres de bispos e pastores já consagrados que levam o nome junto com o marido e não necessariamente que exerçam realmente liderança sobre os templos: ainda são poucas as ministras preparadas e consagradas exclusivamente para o cargo.

Uma “família estruturada” de acordo com os preceitos religiosos: pai, mãe e filhos. Bem doutrinados, frequentando os templos, significa a manutenção e conservação desta organização societária tal como está. O Estatuto da Família<sup>7</sup> está aí para não nos deixar esquecer de que esta visão arcaica e conservadora de família nuclear é o que se espera nesta sociedade. O discurso machista, homofóbico e lesbofóbico, altamente prejudicial, difundido pela visão religiosa com bases bíblicas, contribui para o aumento da intolerância e violência. Mulheres são encaminhadas ao casamento e à maternidade como se não houvesse alternativa de vida, outros caminhos não são tolerados. As mulheres são consideradas parte da propriedade dos homens e aceitam ao longo da vida uma infinidade de imposições, como a necessidade de se casar, a necessidade de gerar filhos, independente do seu desejo - fruto da construção conveniente do mito do amor materno, influenciam seriamente na aceitação e sentimento de culpa sobre os diversos tipos de violência a que são submetidas seja a violência doméstica, psicológica e/ou sexual. De acordo com Farias,

O feminismo pós-60 buscou entender a ligação da mulher com os fenômenos religiosos, a fim de construir uma crítica às injunções da Igreja à

---

<sup>6</sup>“A Igreja é muito machista”, diz irmã franciscana

Entrevista disponível em: <http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2013/07/igreja-catolica-e-muito-machista-diz-irma-franciscana.html> Acesso: 27/09/2016

<sup>7</sup>O Estatuto da Família é um projeto de lei que foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em tramitação no Senado. O texto desse projeto tenta definir o que pode ser considerado uma [família no Brasil](http://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242). Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/115242> Acesso: 22/10/2016.

vida das mulheres. Buscando transformações radicais das relações de gênero em todos os domínios da vida social, tanto o público como o privado, o feminismo passou a combater um dos pilares da dominação masculina: a dependência da sexualidade com a reprodução. (2011, p. 11-12)

Combater o conservadorismo deste tipo de pensamento disseminado é de suma importância para alcançar a emancipação das mulheres, que, como veremos abaixo, ainda depende de outros fatores. Contudo, enquanto tiverem seus corpos domesticados, carregados de culpa por sentir desejo e prazer, vendo no casamento e na maternidade o escape de uma vida de perdição serão também alvo fácil da dominação e subordinação machista, aceitando como natural e imutável a condição de boa moça que lhes é imposta e que vem ultrapassando o tempo e classe social. Mas por que isso acontece? Como a religião permanece com tanta força mesmo com os avanços tecnológicos e científicos? Se a religião servia como fonte de respostas para questões que antes não podiam ser respondidas, por que ela continua a reger a vida da grande maioria da população? De acordo com Souza:

Discutir religião é discutir sistemas de sentido, é discutir cultura, transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero, de raça/etnia; é adentrar num complexo sistema de representações, de trocas simbólicas, de jogos de interesse, na dinâmica da oferta e da procura; é deparar-se com um sistema sociocultural permanentemente redesenhado que permanentemente redesenha as sociedades. (2008, p.15)

A religião funciona como ideologia em favor da manutenção do *status quo*, se molda à necessidade histórica servindo de alento para os mais necessitados, mas contribuindo para a perpetuação da sociedade de classes, os valores, a moral propagada perpassam gerações, criam identidades.

Como afirma Cisne (2012), a igreja católica, a princípio, era completamente contra a revolução burguesa e primava pela continuação do feudalismo como modo de produção e foi somente ao ver “suas bases de legitimidade abaladas pela consolidação do capitalismo” que se aliou criticando não o capitalismo, mas sim aos exageros próprios deste modo de produção. Ainda segundo a autora, a burguesia, ao se estabelecer como uma classe que explora a força de trabalho, se aproximara da igreja uma vez que esta assume o papel de conciliadora das sociedades de classes, justificando a exploração e a miséria como uma etapa que precisa ser vencida para atingir o verdadeiro “paraíso” que não está neste mundo. Com o

advento de um “poder salvador” a caminho, a classe dominada aceita a contradição, a pobreza. Não questiona sua condição de explorada dentro do modo de produção capitalista. Marx (2010) diz que a religião é uma “realidade ilusória”, uma criação do homem que reflete a sua “autoconsciência e o autossentimento”. Serve como um espaço de socialização e lazer para as famílias que trabalham durante todos os dias da semana e vão à igreja aos domingos em busca de uma palavra de consolo e a promessa de uma vida plena e feliz. E sabemos que não será neste modo de produção que encontraremos uma vida plena, visto que, até mesmo o nosso momento de lazer foi apropriado pelo capital na intenção do consumismo ou da reprodução ideológica alienante. Segundo o autor, “a supressão da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real” (2010, p.150), o modo de produção capitalista favorece a alienação e a religião é uma ferramenta a seu favor, pois:

Esse estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido. A religião é a teoria geral deste mundo, seu compêndio enciclopédico, sua lógica em forma popular, seu ponto de honra espiritualista, seu entusiasmo, sua sanção moral, seu complemento solene, sua base geral de consolação e de justificação. Ela é a realização fantástica da essência humana, porque a essência humana não possui uma realidade verdadeira. (Marx. 2010, p.145)

Se vivemos numa sociedade desigual, onde a barbárie impera, onde há intolerância, racismo, machismo, homofobia, lesbofobia e se a religião é um reflexo, uma criação dos homens, temos aí uma justificativa para o seu caráter conservador.

Entretanto, passamos atualmente por um processo de secularização onde as pessoas começam a se afastar da religiosidade institucionalizada declarando-se sem-religião ou ateias. Em países mais desenvolvidos que possuem uma diferença menor nos índices de desigualdade social, os números de pessoas que se declaram sem religião ou ateias vem subindo<sup>8</sup>, ou seja, a religiosidade é maior em lugares onde a miséria é maior. É claro que isso não significa que os preceitos religiosos não estejam incorporados em todas as pessoas, mesmo as que se declaram sem-religião carregam intrinsecamente os ideais morais (em menor ou maior escala) propagados pela religião. Contudo, encontramos hoje uma resistência crescente às

---

<sup>8</sup>Estudo indica que religião pode ser extinta em 9 países ricos.

Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2011/03/estudo-indica-que-religiao-pode-ser-extinta-em-9-paises-ricos.html> Acesso em: 23/10/2016.

imposições ideológicas propagadas pelas religiões dentro e fora das igrejas. Grupos feministas formados pelas fiéis discutem temas polêmicos no seio religioso como o caso das Católicas pelo Direito de Decidir<sup>9</sup>, que lutam em prol da descriminalização do aborto, forçando as instituições religiosas a se reinventar mais uma vez. É onde encontramos ramificações mais modernas e atentas aos interesses dos jovens e que se adéquam para atraí-los. Entretanto, de acordo com Duarte:

O fato dessa modernização se dar mais no nível formal-institucional do que no nível substantivo-valorativo permite compreender que seu caminho de afirmação seja ainda maciçamente o das alternativas religiosas. Com efeito, os sujeitos sociais encontram no pertencimento a essas comunidades e na adesão a suas formulas pastorais as condições morais adequadas a certa consistência ou intensidade de ethos considerada adequada a sua reprodução em determinado estágio de suas trajetórias. (2005, p. 170)

As alternativas apresentadas continuam dentro dos preceitos religiosos, por mais moderno que seja na aparência os ensinamentos e orientações pouco fogem do tradicional conservadorismo. A luta pela descriminalização do aborto não significa a luta por sua legalização e efetiva liberdade de escolha da mulher sobre o seu corpo, por exemplo, há um limite que a barreira da religião não ultrapassa e que custa a vida de muitos, principalmente das mulheres.

O ideário religioso está introjetado na construção moral da sociedade. Não há, portanto, como ignorar suas demandas, sua forma de enxergar a vida e, também, suas rejeições. As mulheres, com toda a pressão para que sejam exemplos perfeitos da virgem Maria, continuam a assumir para si este papel, pois é o que consideram certo de acordo com os preceitos que foram passados através de gerações. Mesmo com todos os avanços conquistados por meio das lutas feministas ao longo dos anos em termos de direitos e leis que visam proteger as mulheres, o feminismo e a luta pela igualdade entre os sexos ainda é visto com maus olhos pelos conservadores que acreditam no modelo de família tradicional onde o homem é a “cabeça”, responsável por prover sustento da família e a mulher sua “costela”, cuidadora e submissa.

---

<sup>9</sup> Católicas pelo Direito de Decidir foi fundada no Dia Internacional da Mulher de 1993. A ONG apoia-se na prática e teoria feministas para promover mudanças em nossa sociedade, especialmente nos padrões culturais e religiosos. Disponível em: <http://catolicas.org.br/institucional-2/nosso-trabalho/> Acesso: 08/11/2017.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conseguimos observar avanços no que tange a intolerância ao desrespeito e a violência contra a mulher. A Lei 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, sendo a nomenclatura em homenagem a uma das tantas que sofreram violência por ser mulher - um pequeno avanço que visa coibir a violência doméstica e pune com pena de 1 a 3 anos o agressor, além de emitir medidas protetivas para as vítimas. A Lei do Feminicídio<sup>10</sup> é outra importante ferramenta que caracteriza este como um crime hediondo e garante punições maiores no caso de assassinato de mulheres. Contudo, a mulher continua sendo vítima das diversas formas de violência, da culpabilização, estimuladas a abdicarem de suas vidas em prol do cuidado da prole e julgadas caso optem por não seguir o padrão social estabelecido.

Estas normativas que, a nosso ver, embora insuficientes, mas fruto da luta das mulheres, não estão imunes de serem destruídos pela ofensiva conservadora que se coloca na contemporaneidade. Como sinalizado no início do texto, religião e Estado tem forte vínculo, embora se manifeste de diferentes formas nos diversos contextos históricos. Observamos nas últimas décadas o crescimento de igrejas evangélicas pentecostais<sup>11</sup>, que vem tendo representação significativa no Congresso, vêm reatualizando o conservadorismo e imprimindo um direcionamento conservador ao que diz respeito às políticas públicas e legislação que visam proteger a mulher, em nome da defesa da “família tradicional”. Observamos, por exemplo, parlamentares da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), recorrerem a passagens bíblicas para justificar o retrocesso da legislação que ampara a mulher.

A ideia de “sagrada família” pregada pelas igrejas dificulta a tomada de posição e escolha da mulher diante da estipulação do casamento e da formação de

---

<sup>10</sup>Feminicídio é o assassinato de uma mulher pela condição de ser mulher. Suas motivações mais usuais são o ódio, o desprezo ou o sentimento de perda do controle e da propriedade sobre as mulheres, comuns em sociedades marcadas pela associação de papéis discriminatórios ao feminino, como é o caso brasileiro. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/feminicidio/> Acesso: 17/05/2017.

<sup>11</sup>Segundo Dip (2007), a maioria dos parlamentares pertence a igrejas pentecostais: a Assembleia de Deus é a que mais congrega fiéis, seguida pela Igreja Universal do Reino de Deus e as igrejas Sara Nossa Terra e a Igreja Quadrangular. Outra característica dos pentecostais, é que os pastores vão colocando seus filhos na linha sucessória na igreja e na política, reproduzindo e reafirmando o vínculo entre estado e religião.

uma família como pressuposto para a felicidade e um caminho para o “céu” – funciona como um aprisionamento. Uma frase bíblica muito usada em casamentos que exemplifica bastante a ideia é a de: “O que Deus uniu o homem não pode separar”. Entretanto, a responsabilidade de manter o casamento a qualquer custo é cobrada da mulher. As mulheres são incentivadas e estimuladas a fechar os olhos para o descaso e a indiferença de seus maridos, aceitar a traição e a se sujeitar a violência, tudo em prol de manter o lar e a família unida. Com o discurso cruel de que deus não se agrada de uma família desfeita.

Sabemos que esta subserviência da mulher em relação ao homem é construído historicamente e desbravar este processo é imperativo para superá-lo, buscando elementos que nos ajudem a entender a realidade atual de abuso e violência contra a mulher, fazendo uma relação com a escassez de políticas públicas que visam assegurar maior proteção para as mulheres, bem como as formas de resistência dos movimentos de mulheres, que vem lutando arduamente para a conquista de direitos , mas que ainda encontram muita dificuldade e reconhecimento mesmo entre as mulheres.

Entendemos, entretanto, que ter conhecimento das relações de exploração e opressão não é suficiente para que os homens abram mão dos privilégios reproduzidos historicamente – é preciso um limite. Romper com relações e preconceitos tão arraigados é impossível individualmente, pois mesmo que questionemos estes papéis e lugares sociais, há toda uma estrutura material reafirmando este lugar.

Nestes apontamentos procuramos assinalar a necessidade de reflexão sobre a construção dos papéis sociais de sexo – esta construção não se dá de forma aleatória, mas com um objetivo político, econômico e ideológico de subjugar e objetificar a mulher responsabilizando-a pela reprodução da família monogâmica, heterossexual, bem como pela reprodução da força de trabalho. Ao assumir este papel, as mulheres não o fazem sem se submeterem a situações de violência, material e simbólica. Indicamos que as reflexões trazidas aqui são introdutórias, mas apontam a necessidade de intensificar estudos e pesquisas que aprofundem a análise de categorias como alienação e ideologia, as raízes do conservadorismo religioso e como ele se reatualiza nos dias atuais, bem como o exame crítico do

crescimento da bancada evangélica no Congresso e que impacto tem tido para a legislação que ampara as mulheres.

É um desafio para os profissionais reconhecer os instrumentos de dominação e opressão que perpassam o cotidiano das mulheres, reafirmando um lugar de subalternidade, que muitas vezes a submetem a naturalizar as repetidas violências sofridas. Romper com o conservadorismo, em especial o religioso, só é possível com a apreensão crítica da realidade e com a construção de direcionamento político e ideológico para o trabalho profissional, que se coloque na perspectiva dos direitos e da luta pela emancipação humana.

Entendemos que a luta pela emancipação da mulher pressupõe também a luta contra o conservadorismo, em especial o religioso, que constrói a religião como instrumento de alienação e propagação de ideologia. A religião visa a conservação desta ordem societária junto ao modelo de família nuclear, que ignora a diversidade sexual, a identidade de gênero, o desejo das mulheres e suas escolhas. A luta pela igualdade entre homem e mulher deve estar intrinsecamente atrelada à luta pela emancipação da classe trabalhadora que é a saída vislumbrada para o fim das opressões de classe, gênero, raciais, dentre outras formas. A única alternativa para o fim de todas as opressões está na emancipação humana. Enquanto membros desta sociedade, ao tomarmos consciência do pertencimento a este modo de produção que se baseia na exploração, na opressão e na alienação, e dos instrumentos que são utilizados para perpetuar tais relações, sendo a religião uma ferramenta privilegiada de alienação e de construção de papéis sociais opressivos de um sexo sobre o outro, temos como dever levar adiante a luta feminista pela superação do sistema capitalista, sem desprezar a luta por garantias de direitos dentro desta sociedade, recusando todas as formas de opressão e violência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Ismael G. Bem aventurada é a serva do senhor: a construção da feminilidade das mulheres através do discurso Mariano. 2016 ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB- Año VIII - Julio 2016 - Nº 16 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay.

BÍBLIA. Traduzida por João Ferreira de Almeida. 4ª ed. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

CISNE, Mirla. *Feminismo e Consciência de Classe no Brasil*. São Paulo, Ed Cortez, 2014

**CISNE, Mirla. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social***. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

DIP, A. Os pastores na política. Disponível em:

<https://www.cartacapital.com.br/politica/os-pastores-do-congresso-3910.html>.

Acessado em novembro de 2017.

DUARTE, Luiz F. D. Ethos privado e justificação religiosa: negociações da reprodução na sociedade brasileira. In: *Sexualidade, família e ethos religioso*. RJ. Garamond. 2005.

FARIAS, Marcilene N. de. *Feminismo e Religião: as representações sobre o feminismo na revista Servas do Senhor (1960-2000)*. Dourados, MS: UFGD, 2011. 186 f.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. São Paulo, Cortez: 1998.

KERGOAT, Danièle. *Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho*. Publicado em "Gênero e Saúde" – org. Marta Julia Marques Lopes, Dagmar Estermann Meyer e Vera Regina Waldow. Ed. Artes Médicas – 1996.

LE MOS, Carolina T. *Maternidade e devoções marianas: uma ancora na manutenção das desigualdade de gênero*. In: SOUZA, Sandra Duarte de (org.) *Gênero e religião no Brasil: ensaios feministas*. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2006, p. 81-112

LOPES, Robertino. *Um olhar crítico: o pensamento de Marx acerca da religião*. *Diversidade religiosa (Revista Discente do PPGCR – UFPB) v. 3, n. 1*. 2013.

MARX, Karl. *Crítica da filosofia do direito de Hegel, 1843 / Karl Marx ; tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus ; [supervisão e notas Marcelo Backes]*. - [2.ed revista]. - São Paulo: Boitempo, 2010.

MORENO, Raquel. *As lutas feministas e a mídia*. 2014. Disponível em <http://www.clam.org.br/artigos-resenhas/conteudo.asp?cod=11552> Acesso: 06/05/2017.

ROSADO-NUNES, Maria José. *Gênero, feminismo e religião: sobre um campo em constituição*. Rio de Janeiro. Ed. Garamond, 2015.

ROSADO-NUNES, Maria José. *O impacto do feminismo sobre o estudo das religiões*. *Cadernos Pagu (16) Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp*, 2001, p. 79-96.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Rearticulando gênero e classe social, IN: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org). Uma Questão de Gênero. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos; São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCAVONE, Lucila. Religiões, Gênero e Feminismo. Rever (PUCSP). v. 8. p. 1-8. 2008.

SOUSA, Marília de Oliveira de. A resistência das mulheres no município de Rio das Ostras contra as formas de opressão, objetificação e violência. / Marília de Oliveira de Sousa ; Paula Martins Sirelli, orientadora. Rio das Ostras: s. n., 2017.

SOUZA, Sandra Duarte de. A relação entre religião e gênero como um desafio para a sociologia da religião. In: Revista Caminhos. v. 6, n. 1. Goiânia: jan./jun. 2008.

VATICANO. Carta Encíclica Sacra Virginitas. Roma, 25 de Março de 1954.

WOLF, Naomi. O mito da beleza: Como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.